ESPIONAGEM ILEGAL Nome de confiança do presidente Lula, atual diretor da Abin foi acusado de liderar núcleo criminoso para "embaraçar" as apurações

Corrêa indiciado por sabotar investigações

» LUANA PATRIOLINO

Leonor Calasans/IEA-USP

Segundo a PF, Corrêa causou prejuízo "imensurável" para a apuração sobre o uso ilegal da Abin

A Polícia Federal afirmou, no relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), que o atual diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Luiz Fernando Corrêa, foi o responsável por um núcleo criminoso que atuou para atrapalhar as investigações sobre o uso ilegal do órgão.

"O embaraçamento sistemático exigiu esforço redobrado da equipe de investigação policial para superar os obstáculos criados, retardando o descobrimento dos fatos delituosos ocorridos na Abin e na consequente preda do acervo probatório", diz o PF no relatório. "A Direção-Geral agiu para controlar as oitivas e garantir que os servidores não colaborassem com a apuração. A promessa de que a investigação seria 'acomodada politicamente' no STF e que tudo se resolveria numa sindicância interna funcionou como um salvo-conduto para o silêncio e para o 'esquecimento coletivo' como, por exemplo, qual seria a estratégia para 'melar as eleições'."

Outros membros da cúpula também aparecem no relatório. Eles são delegados de carreira da Polícia Federal e foram nomeados no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas alguns deles já atuaram na gestão de Jair Bolsonaro. Entre os citados do núcleo, estão Luiz Carlos Nóbrega, chefe de gabinete de Corrêa, e José Fernando Chuy, corregedor-geral do órgão. Além deles, constam Alessandro Moretti, ex-diretor-adjunto da Abin, e Paulo Maurício Fortunato, ex-secretário de Planejamento da instituição. Todos foram indiciados pela PF.

"Este núcleo atuou para dificultar as investigações sobre a organização criminosa da gestão anterior, por meio de estratégias conjuntas com investigados, recalcitrância na entrega de provas, ações para assediar e desacreditar a ex-corregedora, omissão sobre operações ilegais e potencial manipulação de informações e procedimentos internos", aponta a PF.

O indiciamento de Corrêa

» Art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013 (impedir ou embaraçar a investigação de infração penal que envolva organização criminosa)

» Art. 319 do Código Penal (prevaricação): por deixar de praticar, dolosamente, atos de ofício que lhe eram impostos pelo cargo (impedir a continuidade de operações ilegais sob sua gestão), infringindo dever funcional, para satisfazer interesse alheio.

» Art. 344 do Código Penal (coação no curso do processo): pelo uso de assédio moral e intimidação contra a ex-corregedora e servidores, visando favorecer interesse próprio ou alheio nas investigações.

Luiz Fernando Corrêa foi nomeado pelo presidente Lula em maio de 2023 para assumir o comando da Abin. Ele é delegado aposentado e foi diretor-geral da Polícia Federal entre 2007 e 2011. Também ocupou o cargo de secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, no período de 2003 a 2007.

Em um comunicado público, a União dos Profissionais de Inteligência de Estado (Intelis) pediu a demissão de Corrêa. Eles alegam que é "inadmissível" o diretor permanecer no cargo após o indiciamento e os desdobramentos sobre a possível participação dele no caso. O presidente Lula não se pronunciou sobre o eventual afastamento do delegado. A defesa de Corrêa não se manifestou.

TRAMA GOLPISTA

Acareação de Cid e Braga Netto mantida

Fellipe Sampaio/STF

Braga Netto em depoimento ao STF: defesa queria adiar acareação

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou, ontem, um pedido da defesa do ex-ministro Walter Braga Netto para adiar a acareação com o tenente-coronel Mauro Cid, no processo sobre a trama para um golpe de Estado. O procedimento está agendado para a próxima terça-feira, às 10h.

A defesa do general solicitou o adiamento da audiência para sexta-feira por causa de uma viagem internacional marcada anteriormente pelo advogado principal do processo, José Luis de Oliveira Lima. No entanto, Moraes destacou que o réu é acompanhado por outros defensores, que podem auxiliá-lo no que for necessário.

"Verifico, portanto, que o réu Braga Netto está devidamente assistido por seis advogados, sendo que os demais patronos, inclusive, participaram de várias audiências em que foram realizadas oitivas de testemunhas de acusação e defesa", afirmou o magistrado.

Ao autorizar a acareação, Moraes atendeu um pedido da defesa do ex-ministro de Bolsonaro. Nesse procedimento, duas ou mais pessoas são colocadas frente a frente para averiguação de possíveis contradições em seus depoimentos.

Os advogados de Braga Netto contestam as declarações de Cid e alegam que o ex-aliado, como delator no inquérito, não apresentou provas de acusações feitas contra o general.

Em depoimento, o tenente-coronel afirmou ter recebido de Braga Netto um montante em dinheiro, dentro de uma sacola de vinhos, para financiar ações do plano golpista. O general nega. "O Cid veio atrás de mim perguntando se o PL poderia arrumar o dinheiro. Era muito comum o presidente Jair Bolsonaro, ou o Valdemar (presidente do PL), ou outro, pedirem para pagar contas de campanha atrasadas. Eu virei para ele e disse: 'Procura o tesoureiro'. Eu não tinha contato com empresários, então não dei dinheiro para o Cid", declarou o general à Primeira Turma do STF, na semana passada, por meio de videoconferência. Ele está preso no Rio de Janeiro por suspeita de tentar atrapalhar as investigações.

Moraes ressaltou que Braga Netto e Cid não têm o compromisso de dizer a verdade na acareação, por serem réus. Segundo a Constituição, eles têm o direito de não produzir provas contra si. (**LP**)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Congresso faz o que quer e trata Lula como se já fosse um "pato manco"

Para não dizer que não falei das pesquisas que avaliam o governo Lula, aqui vai um resumo da ópera. Datafolha (10-11 de junho): aprovação, 28%; desaprovação, 40%. Ipsos Ipec (junho): ruim/péssima, 43%; ótima/boa, 25%; regular, 29%; forma de governar: aprovação, 39%; desaprovação, 55%; confiança no presidente: confiável, 37%; não confiável, 58%. CNT/MDA (17 de junho): aprovação, 40,7%; desaprovação, 52,9%.

Qualquer que seja a pesquisa, variando entre 25% e 40% , a aprovação se mantém num patamar que coloca em risco a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua rejeição está entre 40% e 53%, o que dificulta muito uma avaliação generosa do tipo "copo pela metade": ninguém pode afirmar que está quase cheio.

Segundo as pesquisas, os principais fatos que afetam a popularidade do presidente são a crise do INSS (31% culpam o governo, segundo a Genial/Quaest), o custo de vida (inflação de alimentos, café por exemplo) e questionamentos em relação a saúde, idade e projeção de liderança para o próximo mandato. É uma mistura difícil de lidar, porque não há solução de curto prazo para os dois primeiros problemas; o terceiro é uma contingência pessoal, nem o próprio Lula pode prever.

Entretanto, Lula não é um cachorro morto. No DataFolha, nas pesquisas eleitorais de primeiro turno, lidera a disputa com 37%, contra 21% de Jair Bolsonaro (PL) e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Como o ex-presidente está inelegível e o governador paulista não assume sua candidatura, as projeções para o segundo turno apontam como principais concorrentes Michelle Bolsonaro (PL) e Ratinho Junior (PSD). Lula leva vantagem de 46% a 42% contra eles. Caso Tarcísio seja candidato com apoio de Bolsonaro, o cenário muda completamente e já começa empatado tecnicamente.

Esse cenário eleitoral aberto, porém, fragiliza o governo no Congresso, que já começa a tratar Lula como um "pato manco". O exemplo é a derrota acachapante nesta semana na Câmara, com a aprovação da urgência para derrubada do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), por 346 a 97 votos. Os "aliados" do Centrão votaram em massa contra o governo, que ficou confinado ao campo minoritário da esquerda. Não foi um fenômeno episódico, que possa ser atribuído a um cochilo dos articuladores do governo. As derrotas no Congresso são recorrentes, apesar de os partidos do Centrão ocuparem pastas importantes na Esplanada. Das 150 medidas provisórias (MPs) que editou no atual mandato, Lula viu pelo menos 92 perderem a validade, ou seja, 61% foram derrubadas.

Dissonância

Há uma dissonância entre o Palácio do Planalto e sua base de sustentação no Congresso. A psicologia descreve a dissonância cognitiva como um desconforto mental, que surge quando uma pessoa tem crenças, valores ou comportamentos que entram em conflito e criam uma sensação de tensão e mal-estar, levando a pessoa a buscar maneiras de reduzir essa dissonância, muitas vezes por meio de justificativas ou mudanças em suas atitudes ou comportamentos.

É mais ou menos o que está acontecendo entre Lula e o Congresso, cuja maioria não concorda com as urgências e prioridades do governo. A derrubada de medidas provisórias é o melhor termômetro. O governo Lula não é uma coalizão, é um arquipélago partidário, cujo centro é controlado pelo PT, que o considera "em disputa". Isso não ajuda a estruturar a base congressual e isola o governo. Sim, como bem definiu o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, em entrevista à Globo News na terça-feira, a base do governo é de centro-direita.

Entretanto, o Congresso pôs o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de joelhos. Perdeu completamente a capacidade de negociar a proposta de ajuste fiscal com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). A equipe econômica não teria dificuldades de encontrar saídas para o deficit fiscal, mas Lula se recusa a cortar gastos, e o Congresso não aceita aumentar impostos. Resultado: mais uma elevação da taxa de juros, que subiu para 15%, o maior patamar em 20 anos, conforme a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de ontem.

Nesta semana, entre as decisões desfavoráveis ao governo, destaca-se a instalação de uma CPI Mista para investigar as fraudes do INSS, uma casa de caboclo para Lula, porque o escândalo somente veio à luz no terceiro ano de mandato e envolve dezenas de associações de aposentados, muitas dela de fachada. Por mais que o governo tenha razão quanto ao fato de que as fraudes começaram durante o governo Bolsonaro, a demora para acabar com os descontos indevidos nas aposentadorias está sendo uma tragédia para a imagem do governo.

Dirceu é um sobrevivente de suas próprias vicissitudes, mas preservou sua liderança junto aos militantes do PT. Segundo ele, "Lula é candidatíssimo" e tem um ano e meio de governo para resolver todas essas questões. "A eleição de 2022 não foi uma vitória da esquerda. Foi uma vitória do antibolsonarismo", avalia. Dirceu critica o discurso da legenda ("muitas vezes, é de um Brasil que não existe mais") e avalia que o governador de SP pode ser o adversário de Lula em 2026: "Tudo indica que os partidos de direita vão buscar um candidato único, se o Bolsonaro permitir, que seria o Tarcísio de Freitas. Mas o Tarcísio não é invencível".